

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTROLE DO CÂNCER - IBCC

CNPJ: 62.932.942/0001-65

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em Reais) and Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em Reais)

1. Contexto Operacional: O Instituto Brasileiro de Controle do Câncer - IBCC, pessoa jurídica de direito privado é uma entidade sem fins lucrativos, prestadora de serviços na área da saúde, fundada em 04 de maio de 1968, reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 95.025 de 14.10.1987, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O IBCC tem as seguintes finalidades: I. A união de esforços na divulgação ampla e coordenada dos conhecimentos no campo da oncologia, visando a obtenção do diagnóstico precoce do câncer e a ampliação do acervo de dados sobre a doença; II. Atendimento médico-hospitalar e assistencial permanente a tantos quanto demandarem os seus serviços especializados na área específica da oncologia, sem distinção de qualquer natureza que se refere a nacionalidade, raça, credo político e religioso, dentro ao menos do mínimo de gratuidade exigida por lei; III. Colaboração com autoridades, instituições e sociedades de finalidades similares, nacionais e estrangeiras, para a obtenção de um melhor controle do câncer; IV. Ampliação dos conhecimentos científicos e médicos no campo da oncologia, visando colaboração na formação profissional de especialistas médicos de carreiras afins; V. Concessão de gratuidade total para aqueles candidatos que desejarem participar dos diversos cursos de ensino especializado que forem oferecidos pelo IBCC e que, contudo, não tenham condições econômico-financeiras que permitam as suas respectivas inscrições ou matrículas; VI. Divulgação dos conhecimentos atualizados de oncologia entre os profissionais médicos e de carreiras afins; VII. Manutenção de biblioteca especializada em assuntos afins à área da oncologia; VIII. Edição de publicação periódica sobre pesquisas, estudos e dados sobre o câncer; IX. Instituição de cursos de monografias científicas, com a concessão de prêmios para os melhores trabalhos; X. Realização de simpósios, conferências e palestras de divulgação; XI. Destinação de recursos financeiros e ou econômicos, inclusive mediante doação, a entidades filantrópicas e ou exclusivamente não lucrativas, que militem nas áreas de saúde, educação e de assistência social em geral. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Na preparação de suas Demonstrações Contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 (R1) - Resolução 1409/2012, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser afetada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. 2.2. Principais Práticas Contábeis: a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Inveniente em dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis sem perda do valor. b) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço de ativo de mercado. c) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, que sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. d) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos: A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2017 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. e) Imobilizado e Intangível: Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso) se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. f) Apuração do Resultado do Exercício: As receitas, custos e despesas são apropriados de acordo com o regime de competência. g) Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa: Balanço Patrimonial em 31/12/2017 e 31/12/2016. Descrição: Caixa Geral, Contas Correntes - Bancárias, Aplicações Financeiras, Vinculadas, Não Vinculadas. Valores em Reais.

4. Créditos com Pacientes e Convênios: Balanço Patrimonial em 31/12/2017 e 31/12/2016. Descrição: Créditos com Pacientes Particulares, Créditos com Pacientes Convênios, Créditos com Pacientes do SUS, (-) Perdas Est. em Créditos de Liq. Duvidosa. Valores em Reais.

5. Outros Créditos: Balanço Patrimonial em 31/12/2017 e 31/12/2016. Descrição: Créditos a Receber Centro de Pesquisa, Créditos de Funcionários. Valores em Reais.

6. Depósitos Judiciais, Impostos a Recupelar, Adiantamentos a Fornecedores, Empréstimos Materiais e Medicamentos, Importação em Andamento, Patrocinários. Balanço Patrimonial em 31/12/2017 e 31/12/2016. Valores em Reais.

7. Imobilizado e Intangível: Balanço Patrimonial em 31/12/2017 e 31/12/2016. Descrição: Edificações, Instalações, Elevadores, Poço Artesiano, Benefetórias, Instrumentos de Medicina e Cirurgia, Aparelhos de Medicina e Cirurgia, Equipamentos Hospitalares, Equipam. Processamento de Dados, Móveis e Máquinas, Material Didático e Pedagógico, Biblioteca, Equipamento Laboratório, Colchões e Similares, Utensílios Diversos, Veículos, Obras em Andamento. Total Imobilizado e Intangível. Valores em Reais.

8. Empréstimos e Financiamentos: Balanço Patrimonial em 31/12/2017 e 31/12/2016. Descrição: Hospitaller Ind Met, Cartão BNDES, Banco do Brasil, Simens, Santander BNDES, Total de Financiamentos, Total de Empréstimos e Financiamentos. Valores em Reais.

9. Obrigações Trabalhistas e Tributárias: Balanço Patrimonial em 31/12/2017 e 31/12/2016. Descrição: OBRIGAÇÕES A PAGAR, INSS a Recolher - Folha, PIS a Recolher, IRRF a Recolher, Contr. Sind./Assist. a Pagar, INSS na Fonte a Recolher, PIS COFINS CSLL Ret. na Fonte a Recolher, Provisão p/ Férias, Provisão p/ Enc. s/ Férias, Outros Encargos. Valores em Reais.

10. Outras Contas a Pagar: Balanço Patrimonial em 31/12/2017 e 31/12/2016. Descrição: Contas a Pagar, Empréstimos a Repassar, Honorários Médicos a Pagar, Obrigações com Terceiros - Outros. Valores em Reais.

11. Parcelamento de Tributos: Balanço Patrimonial em 31/12/2017 e 31/12/2016. Descrição: Circulante, Não Circulante. Valores em Reais.

12. Atendimento à Legislação das Entidades Beneficentes de Assistência Social sem Fins Lucrativos: A entidade mantém controles que demonstram no exercício de 2017 o cumprimento do percentual acima do mínimo de 60% de atendimento à pacientes do SUS, cumprindo o determinado pela Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009 que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE). 13. Certificado Beneficente de Assistência Social: A instituição é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde - CEBAS/SAÚDE, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria MS nº 714, de 07 de junho de 2016, de acordo com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. A renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2015 a 20 de setembro de 2018. 14. Gratuidades Concedidas: As gratuidades concedidas no exercício de 2017 através de seus programas e projetos atendem os requisitos da Lei nº 12.101/09 que dispõe sobre o processo de certificação para obtenção de isenção das contribuições para a seguridade social e estão dispostos da seguinte forma: - Gratuidades - Saúde: representa o total de recursos aplicado no atendimento à população em geral. A apuração do montante contábil é realizada em função do custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS - Sistema Único de Saúde. O montante foi de R\$ 43.593.929,49 e 2016 R\$ 46.197.427,71, conforme demonstrado para efeito comparativo. 15. Isenções Previdenciárias, COFINS e CSLL: Estão demonstradas conforme a Lei nº 12.101 de 27/11/2009, o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício e registradas a débito de em contas de despesa tendo como contrapartida contas retificadoras também no resultado, de modo a não alterar o superávit do exercício; e que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades beneficentes de assistência social, estando assim compostas: 31/12/2017 e 31/12/2016. Valores em Reais.

16. Captação de Doações: A Entidade capta doações materiais e em dinheiro de pessoas físicas e jurídicas por meio da intermediação da Pratique Marketing Assessoria e Representações Ltda., com quem mantém contato de prestação de serviços remunerados, e tem como objetivo a complementação do pagamento do custeio dos serviços ligados à prevenção do câncer de mama. Doações Captadas: 31/12/2017 e 31/12/2016. Valores em Reais.

17. Campanha Beneficente - "O Câncer de Mama no Alvo da Moda": Implementada pelo IBCC em fevereiro de 1995, a campanha destina-se à arrecadação de fundos para a pesquisa e prevenção do câncer de mama, através de doações provenientes da venda de camisetas e outros produtos relacionados, e da realização de eventos patrocinados. O IBCC paga "royalties" ao "Council of Fashion Designers of America - CFDA Foundation, INC." Entidade idealizadora da campanha e responsável por sua internacionalização, detentora dos direitos sobre a utilização da logomarca da mesma. A campanha beneficente, no que diz respeito aos fundos oriundos das doações bem como, as repasses a título de "royalties", é auditada por Auditores Independentes. 18. Provisão para Contingências: Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis e trabalhistas, que se encontram em instâncias diversas. A provisão é constituída por valores dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à existência significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23 de março de 2018. Ana Maria Galloro Laporta, Presidente. Cesar Sbravatti - Contador CRC 1SP183721/O-8, Responsável Técnico.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. Aos Administradores do Instituto Brasileiro de Controle do Câncer - IBCC, São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Brasileiro de Controle do Câncer - IBCC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Brasileiro de Controle do Câncer - IBCC, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto Brasileiro de Controle do Câncer - IBCC, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é respon-